**VII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA
FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2017)**

**A LEI 13.313/2016 E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA UTILIZAÇÃO DO
FGTS COMO GARANTIA DAS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMO
CONSIGNADO**

Autora: Thaise Maria Neves Duarte Pacheco

Orientadora: Cristina Stringari Pasqual

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP

Linha 02: Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a existência de inconstitucionalidade na Lei 13.313/2016, criada através da conversão da Medida Provisória 719/2016, que introduziu a possibilidade de o trabalhador, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, oferecer em garantia das operações de empréstimo consignado 10% dos recursos de sua conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como, a integralidade da multa devida pelo empregador na hipótese de despedida sem justa causa. Verificar a existência de inconstitucionalidade no referido diploma legal pressupõe uma pesquisa bibliográfica qualitativa doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza jurídica do FGTS enquanto direito fundamental social do trabalhador, o exame do empréstimo consignado como modalidade creditícia, e por fim, a análise a respeito das implicações jurídicas da utilização dos recursos do FGTS como garantia bancária frente à tutela do direito do consumidor. Após análise acerca dos institutos de direito afeitos à temática, concluiu-se pela inconstitucionalidade formal do diploma legal. A Medida Provisória 719/2016 nasceu da reivindicação das instituições financeiras para fortalecimento das garantias creditícias, diante do crescente índice de inadimplência originado pelo aumento das taxas de desemprego no país. Permitir que as instituições financeiras possam se valer dos recursos do FGTS como garantia nas operações de empréstimo consignado, justamente sob o argumento do crescente índice de desemprego, evidencia o desrespeito do legislador infraconstitucional ao núcleo essencial do direito fundamental social, desvirtuando o Fundo de Garantia por tempo de Serviço do seu fim: proporcionar segurança financeira ao trabalhador.

Palavras-chave: Empréstimo consignado. FGTS. Inconstitucionalidade. Lei n. 13.313/16.